

Essas incertezas políticas, sociais e econômicas

GAZETA MERCANTIL

5 MAR 1987

Jackson Pereira (*)

O mercado assiste atônito uma subida acentuada das taxas de juros, o que, em hipótese alguma, interessa aos banqueiros, aos empresários e ao povo em geral. Infelizmente, aqueles que desconhecem de economia ou que esqueceram os ensinamentos obtidos nas faculdades, dando lugar a um radicalismo, realmente, preocupante, levam à população fatos distorcidos com o objetivo de acusarem os banqueiros como os grandes responsáveis pela nova realidade dos juros.

Aos bancos não convém, de modo algum, operar a essas taxas alarmantes porque, com certeza, isso ocasionará a iliquidez de seus ativos. Interessa aos bancos a realização de operações com satisfatório "spread" e a tranqüila liquidez em seus riscos.

Enganam-se os que pensam ser o lucro fruto de taxas elevadas de juros. O lucro é o resultado de uma administração na qual preponderam o profissionalis-



mo, o trabalho, o equilíbrio, o bom senso, a criatividade, o planejamento, o conhecimento do mercado e a responsabilidade na assunção de riscos.

Agora tivemos a substituição do presidente do Banco Central. O que isto poderá representar? Comete-se uma grande injustiça ao se querer responsabilizar o dr. Fernão Bracher pelas taxas altas ora praticadas no mercado.

O dr. Fernão Bracher vinha executando, corajosamente, uma política acertada para adequar as taxas de juro à perspectiva da inflação. Caso ele admitisse uma taxa irreal de juro, fatalmente desestimularia o poupador, ocasionaria o aquecimento da demanda e motivaria a retenção dos estoques, o que terminaria por nos levar a uma hiperinflação.

A forte pressão, principalmente dos radicais, levou por certo o presidente do Banco Central a deixar o governo. Não concordava ele em tabelar os juros, por ser apenas medida demagógica e ineficaz. Juros não se baixam por decreto. Os juros tenderão a cair logo que surgir uma perspectiva de redução na inflação.

Os radicais sempre puseram também um en-

durecimento nas negociações com os bancos credores e agora obtiveram a suspensão do pagamento dos juros por um certo prazo.

Ora, a dívida externa é perfeitamente administrável, desde que saibamos negociar e tenhamos a credibilidade dos banqueiros externos. Basta apenas que se chegue a um acordo de quanto e como pagar. Por certo, não faltará bom senso aos banqueiros internacionais na definição do "spread" e no reescalonamento de nossa dívida. E apenas questão de paciência e diálogo construtivo. Não podemos deixar transparecer nas negociações que o Brasil é um risco duvidoso.

A solução está nas mãos do governo. Sabemos que o problema reside basicamente no déficit público, o câncer de nossa economia. Definindo-se uma política séria com o objetivo de se ter uma redução do débito governamental, não resta dúvida que estaremos dando o primeiro passo em busca da solução efetiva do problema.

Mas o governo não demonstra, até agora, disposição em querer sanar esse difícil problema, nem a classe política, infelizmen-

te, em sua maioria, acorreu para a realidade. Pode ser até que isso não convenha, pois cortaria de saída suas mordomias e privilégios.

A dívida pública precisa ser mais bem gerida. Ou se decide reduzir mesmo o déficit público ou logo estaremos diante de uma crise sem precedente.

É importante também que as soluções econômicas não sejam manipuladas eleitoralmente. O País está acima de tudo. O fracasso do Plano Cruzado deve-se, em parte, à condução de seu sucesso inicial para o campo político. Caso o governo tivesse, nas épocas oportunas, promovido os necessários ajustes, hoje não estaríamos nesta encruzilhada.

O mercado financeiro vive dias de grande incerteza. É impossível qualquer tipo de planejamento. A estratégia sempre está voltada para o dia seguinte. Isso está certo? Não se pode viver de paliativos, adivinhações ou sonhos utópicos. É indispensável que tenhamos tranqüilidade para planejar, trabalhar e produzir.

Não podemos também ficar na dependência da Constituinte. Esta será outra grande frustração para

nosso povo. A Constituinte vai apenas dotar o País de novas leis, devendo corrigir as distorções e melhor ordenar os direitos e deveres de cada cidadão. A solução dos problemas sociais, políticos e de mercado é missão do governo.

Chegou o momento de o presidente Sarney usar a credibilidade que ainda lhe resta e vir à Nação com uma nova proposta, definindo, claramente, a meta objetivada, em vários estágios, por sua equipe, que nos possa levar com equilíbrio à solução de nossos graves problemas, tendo a dívida pública como o alvo principal. Caso contrário, mergulharemos numa profunda escuridão que não satisfará a nenhum segmento de nossa sociedade.

Por isso, vamos buscar com responsabilidade a solução para nossos problemas, com uma nova postura, com uma nova mentalidade, com medidas energéticas e não demagógicas. Já chega de tantas incertezas nos campos social, político e econômico.

(*) Diretor do Banco Comercial Banesa S.A. e vice-presidente da Associação Brasileira de Bancos Comerciais (ABBC).